

<p>Junho de 2008 - Nº41</p>	
<p>Edições Anteriores</p> <p>:: Um ano após o PDE, ainda há muito o que ser apurado.</p> <p>:: Relatório da ONU alerta sobre violações à educação em situações de conflitos e desastres.</p> <p>:: Mudanças na rede estadual paulista ferem autonomia escolar e docente.</p> <p>:: Lei que restringe liberdade de expressão de servidores existe em todo o país.</p>	<p>Educação é pauta da sociedade civil para avaliação de Conferência contra racismo</p> <p><i>Revisão do PNE, formação dos educadores e políticas de avaliação educacional são alguns dos temas para serem debatidos no evento preparatório do encontro regional que analisa os oito anos após a conferência de Durban</i></p> <p>“Fazer com que a garantia da igualdade, o respeito à diversidade e o combate ao racismo deixem de estar apenas nos discursos e em projetos fragmentados”, é o que vão defender representantes de organizações e movimentos sociais no encontro preparatório para a Conferência Regional de avaliação da Declaração e do Programa de Ação da Conferência de Durban, que começa amanhã (13) e vai até domingo (15), em Brasília.</p> <p>Esse evento reunirá 300 delegados, sendo 200 estrangeiros e cem do Brasil. Dos representantes brasileiros, 33 são ligados ao movimento negro, 33 fazem parte dos movimentos indígenas e o restante representa os movimentos dos Gays, Lésbicas e Transgêneros (GLBT), do campo, das mulheres, entre outros. Ele também vai anteceder a Conferência Regional de avaliação da Declaração e do Programa de Ação da Conferência de Durban, que será realizada de 17 a 19 de junho, também na capital brasileira, e será uma etapa para preparar a Conferência Mundial, em 2009. Os dois eventos são organizados pela Secretaria Especial de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial (Seppir), ligada à Presidência da República.</p> <p>Para Denise Carreira, relatora do Direito Humano à Educação da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESCA) e que participará dos dois encontros, esse é um momento muito importante para a articulação. “Existe uma resistência interna grande com relação à revisão de Durban [III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas, ocorrida em 2001]. Por isso, é preciso fazer um movimento político forte”, revela.</p> <p>Para fortalecer a articulação e pautar temas educacionais no encontro que começa amanhã, representantes de organizações se reuniram nesta semana em São Paulo e definiram oito temas serem discutidos no evento:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Revisão do Plano Nacional de Educação (PNE). Segundo os representantes, é preciso revisá-lo já que o plano não aborda questões relacionadas à diversidade; 2. Políticas de avaliação educacional. Há a necessidade, segundo Carreira, de analisar essas políticas para que elas contemplem questões de igualdade; 3. Formação. “Com relação às questões étnicas, de homossexualidade, do campo etc., é necessário superar as ações de formação que se restringem a projetos e não dialoguem com a política geral de formação”, diz a relatora; 4. Políticas para materiais didáticos e para-didáticos; 5. Implementação das leis 10.630/03 e 11.645/08, que dizem respeito às questões étnico raciais e dos povos indígenas na educação

básica, respectivamente. Segundo a relatora, é fundamental que essas leis sejam implementadas. “A efetivação delas ainda se restringe a projetos fragmentados”;

6. Projeto de Lei 73/99, que defende a adoção de cotas sociais e raciais nos vestibulares de universidades públicas do país;

7. Garantia de condições institucionais para a diversidade. Segundo Carreira, ela ganhou apenas espaço no discurso;

8. Participação, controle social e monitoramento por parte da sociedade civil nas ações e políticas relacionadas à igualdade e diversidade.

Veja a programação do encontro:

13/06

19h30 – Abertura com o presidente Lula, ministros e representantes da sociedade civil

Apresentação cultural

14/06

Manhã – Mesa sobre Durban: De onde partimos, onde estamos e para onde vamos?

Tarde – Apresentação do balanço de cada região das Américas (Andina, Brasil, Mercosul, América Central e Caribe, México).

Trabalhos em grupo

15/06

Manhã – Plenárias de apresentação do que foi discutido nos trabalhos em grupo

Tarde – Estratégia de incidência da sociedade civil na conferência governamental

Conferência Regional

De 17 a 19 de junho, depois do encontro da sociedade civil, será realizada a Conferência Regional de avaliação da Declaração e do Programa de Ação da Conferência de Durban. Nela representantes de todos os países das Américas, com exceção dos Estados Unidos e Canadá, estarão reunidos em Brasília para analisar as ações e desafios colocados após a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas, realizada na cidade de Durban, na África do Sul, em 2001. Para a relatora, esta será uma conferência polêmica, mas fundamental. “É muito importante analisar e debater o tema, principalmente neste momento em que o Brasil vivencia a questão das cotas, do debate dos povos indígenas, a agenda GLBT. É importante que se reconheçam os passos dados, mas é preciso avançar”, argumenta.

O encontro regional será uma etapa preparatória para a Conferência Mundial, a ser realizada em 2009. “A expectativa é que ele seja um processo, uma avaliação sobre o que se avançou nos países americanos e no Brasil com relação à incorporação da agenda comum [de combate à discriminação e à intolerância definida na conferência de Durban]”, conta Carreira. Segundo ela, é preciso ganhar maior institucionalização dessa agenda. “Houve um reconhecimento de avanço, mas é necessário dar um passo muito mais consequente com relações às questões institucionais que permitam que o discurso se traduza em políticas públicas adequadas que garantam os direitos previstos [de igualdade].”

Brasil após Durban

A criação das leis 10.630/03 e 11.645/08; o projeto de Lei sobre a criação das Cotas sociais e raciais nos vestibulares de universidades públicas do país; a existência da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir); a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação e alguns avanços com relação à agenda GLBT foram apontados por Carreira, como resultados e consequências da III

Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas, mais conhecida como Conferência de Durban.

Segundo ela, atualmente o governo brasileiro enfrenta várias tensões. “Há uma resistência interna de países que são contra a realização desse encontro, por isso foi uma atitude fundamental de o governo brasileiro sediar esse encontro regional. Isso mostra que o Brasil bancou a agenda”, diz. A relatora observa, contudo, que é preciso mais. “No primeiro mandato, o governo impulsionou diversas ações com relação à igualdade, inclusive com a criação da Seppir. Porém, no segundo, a agenda racial perdeu fôlego”.



Informações e documentos na página da Ação Educativa especial sobre a Avaliação de Durban:

http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=1220&Itemid=302

Contatos:

Assessoria Internacional da Seppir: (61) 3411-3610.

Denise Carreira - relatora do Direito Humano à Educação da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESCA). (11) 3151 2333 ou denise@acaoeducativa.org.

Nilza Iraci - diretora do Geledés - Instituto da Mulher Negra e membro do Comitê de Organização da Conferência da Sociedade Civil. (11) 3333-3444.

Valter Silvério - professor da Universidade Federal de São Carlos e presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. (16) 8147 4494.

Beto de Jesus - diretor da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros - ABGLT. (11) 8452-3335.

Edna Rolan -foi relatora da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas. (11) 9956-8944.

Antonio Carlos Malachias (Billy) - coordenador do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - Ceert. (11) 8287-4767.

Vilma Reis - coordenadora do Ceafro da Universidade Federal da Bahia. (71) 3321-2580.

Boletim quinzenal produzido pelo Observatório da Educação

Contato: (11) 3151-2333, ramais 175 e 130

Equipe: [Mariângela Graciano](#) (coordenação) [Marina Gonzalez](#) e [Thais Iervolino](#) (redação).

